MAIS UM LANCE DE DADOS

Rachel Esteves Lima*

ABSTRACT:

This work intends to analyse the configuration of the field of Literary Studies in the Brazilian academic life during the last three decades. This essay will focus on the discussions that have been recently carried out concerning the validity of the comparative and multicultural approaches in the literary criticism produced in Brazilian universities.

KEY WORDS: *Literary criticism; Comparative Literature; Cultural Studies.*

O que são as Letras, senão essa mental busca, levada adiante, enquanto discurso, a fim de definir ou de mostrar, em relação a si próprio, que o espetáculo corresponde a uma imaginativa compreensão, na esperança de aí se mirar?

Mallarmé

Buscando definir as normas que regem a criação artística, interesse que historicamente se manifesta desde a Antigüidade clássica, Pierre Bourdieu parte da análise da configuração do campo intelectual francês, no período em que se atinge o seu maior grau de autonomização (momento da emergência do culto da "arte pela arte". As transformações sociais decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas desestabilizavam, de forma inédita, ao final do século XIX, a posição do artista, obrigado a optar entre a submissão ao mercado e aos salões da burguesia e o engajamento nas causas políticas. A recusa à adesão a qualquer uma dessas alternativas só se mostraria viável com a criação de uma instância paralela de consagração da obra de arte. De acordo com Bourdieu, Baudelaire teria percebido como nenhum outro a nova configuração do campo intelectual, após

* Doutora em Literatura Comparada, 1997

a intervenção de uma vanguarda que alteraria as posições já nele definidas: o "verdadeiro" valor do escritor não seria resgatado por uma "nostalgia ingênua do retorno a um mecenato aristocrático à maneira do século XVIII" (BOURDIEU, 1996: 84) e, tampouco, seria garantido por seu empenho na esfera política ou pelo mercado, mas sim pelo reconhecimento dos seus pares. A renúncia às glórias do presente seria assumida pelo poeta como a única alternativa para a manutenção da sua dignidade. A valorização do escritor não seria conseguida de forma imediata, mas apenas através de uma demanda latente que somente com o tempo seria satisfeita. Nesse processo, a crítica assumiria um papel importantíssimo, se conseguisse se desprender da noção de valor baseada em critérios biográficos ou documentalistas. A abertura da crítica para a valorização do trabalho de construção da linguagem contribuiria para a remuneração, a longo prazo, dos escritores "puros" e para a canonização de uma literatura que pressupõe que a revolução ética deve se realizar, sobretudo, esteticamente. Paradoxalmente, é da autoridade conquistada por essa postura que, num estágio avançado de autonomia do campo, um escritor como Zola pôde intervir na política, defendendo os valores forjados em seu próprio universo. O escritor "puro" consumou, segundo Bourdieu, a invenção do intelectual.

Assim como o conceito de vanguarda, o de campo intelectual, tal como definido pelo sociólogo francês, assume uma concepção militarizada, em que os vários setores da *intelligentsia*, longe de adotarem uma feição monolítica, assumem posições diversificadas, numa arena em que se luta pela conquista da hegemonia. Ao final do século XX, pode-se dizer que, depois de consagrada, a instância paralela de legitimação dos valores defendidos pelos poetas modernos, que inclui as diversas instituições responsáveis pela produção, divulgação, distribuição e recepção, começa também a apresentar suas fissuras e a colocar em discussão o caráter desinteressado das intervenções dos intelectuais. O atual questionamento da noção fetichista de literatura "pura", ontologizada pela idéia do sacrifício do escritor que, como um Deus, cria um mundo mais real do que o real, salvando a palavra da corrosão instaurada por uma história corrompida, aliado à impossibilidade de se garantir, hoje, a reprodução de um olhar capaz de abarcar toda a história do campo intelectual, transforma o estatuto da obra de arte e da crítica contemporâneas.

Curiosamente, tal transformação se deve ao próprio processo de autonomização da literatura, ocorrido a partir do final dos anos 60 deste século, em várias partes do mundo, traduzido tanto pelo crescimento do número de instituições e de pessoas inseridas no circuito de produção e recepção das obras, quanto pelo estabelecimento das matrizes disciplinares dedicadas ao seu estudo. No que se refere ao Brasil, nesse período o atendimento às demandas colocadas pelo desenvolvimento do capitalismo em sua fase mais avançada teve como resultados a reforma e a modernização do sistema de ensino, que, simultaneamente, integrou às universidades um grande e heterogêneo contingente de alunos e professores, detentores de um capital cultural bastante diversificado, e institucionalizou o estudo especializado da literatura, através de quatro ações básicas: a separação das Faculdades de Letras das Faculdades de Filosofia, a criação da pós-graduação na área, a obrigatoriedade do oferecimento da disciplina "Teoria da Literatura" e o aumento da carga horária curricular destinada ao estudo da Literatura Brasileira, nos cursos de Letras.

Se, nos anos 40 e 50, a luta no campo da literatura se dava entre os defensores da crítica universitária, que começava a apresentar os seus primeiros frutos, e a diletante crítica do rodapé, nas duas décadas seguintes, as batalhas seriam travadas basicamente no interior da academia. Incapaz de acompanhar as experiências metalingüísticas de alguns autores que radicalizariam as propostas da literatura moderna, como Clarice Lispector e Guimarães Rosa, por exemplo, e de competir com os novos meios de comunicação que passariam a dominar o mercado cultural brasileiro, a crítica de rodapé cede o lugar às análises formalistas dos críticos especializados, que, cada vez mais, se distanciavam do público leitor de jornais.

Podemos situar nos anos 70 o momento áureo da autonomia dos estudos literários e de sua participação mais concreta no projeto da modernidade. A necessidade de demarcação de um espaço independente de atuação se explicita através da insistência em fundamentar "cientificamente" a análise da obra, voltada para a recuperação dos elementos intrínsecos que caracterizariam a sua "literariedade". As abordagens imanentistas, predominantes no Rio de Janeiro e

em Minas Gerais, preconizavam uma leitura hermenêutica fundamentada pela objetividade e pela desvinculação do texto à história. E mesmo na Universidade de São Paulo, onde prevaleciam as abordagens de cunho mais sociológico, a tentativa de se estabelecer uma "tradição literária brasileira autônoma" acabou privilegiando a obra literária modernista, que, de acordo com as também idealistas teorias luckacsianas, conseguiria eliminar a polaridade estabelecida entre forma e conteúdo. Assim, a história via-se, de certa forma, reduzida à prática da metalinguagem dos escritores-críticos.

A partir da segunda metade da década de 80, já começam a se fazer notar algumas mudanças na produção da crítica literária acadêmica. Se a Teoria Literária, em seu primeiro momento, conseguiu desnaturalizar o conceito de literatura adotado pelo senso comum, num segundo momento colocaria em xeque os seus próprios pressupostos, ao levar ao limite a noção de arbitrariedade da relação do significado e do significante, desenvolvida pela mesma lingüística saussureana que embasou os estudos formalistas. O questionamento do conceito de símbolo, que durante tanto tempo sustentou a mística do escritor enquanto criador da obra clássica, capaz de aludir a uma essência atemporal, abre caminho para o entendimento de qualquer texto como um diálogo entre vozes diferentes, como assegura Bakhtin, ou como alegoria, como quer Walter Benjamin, um espaço de proliferação infinita de diferenças, de permanente dissociação entre o significado e o significante. A revelação do caráter parcial e transitório de qualquer interpretação opera um descentramento, em que o sentido deixa de ser imanente ao texto, passando a ser produzido no próprio ato da leitura.

Tais noções transformariam também a compreensão da história, aí incluída a história da literatura, que se produz através da recepção das obras. Ao propor o deslocamento da atenção do historiador do acontecimento para o discurso, Michel Foucault denuncia o fato de que a separação entre as palavras e as coisas é uma ilusão metafísica promovida pelo idealismo filosófico. Se as palavras estabelecem, desde sempre, uma relação contratual com os objetos, como asseguram as correntes lingüísticas que defendem o caráter arbitrário do signo, não há lugar para a nostalgia do Nome, ou da origem, e as coisas passam a ser

consideradas apenas como correlatos das práticas discursivas. Ao recusar a ilusão do "objeto natural" da verdade, Foucault reconfigura o papel do historiador como sendo o de correlacionar e de interpretar a diversidade de objetivações construídas ao longo do tempo. Resgata-se, assim, a noção de historicidade da própria história, que deixa de ser percebida como um arsenal de verdades imutáveis, passando as pesquisas a incidirem sobre o processo através do qual se consagraram essas verdades. E só se pode interpretar o modo como elas se constituíram no passado através do recurso à textualidade, o que reitera o caráter também discursivo da prática historiográfica contemporânea.

A "nova história" ou a "história das mentalidades" coloca em evidência a narratividade dos discursos das ciências humanas, construídos, quase sempre, através de sedutores artifícios retóricos que cumprem a função de preencher as lacunas que remanescem após a articulação dos vestígios documentais, produzindo um "efeito de real", uma espécie de "ficção", que procura sempre atualizar a resposta à nossa identidade. À desconfiança em relação à autenticidade do documento, agora entendido apenas como "resto de argumentos", corresponde, sintomaticamente, uma dilatação do seu campo, com a inclusão dos relatos orais e imaginários, que contribuem para configurar a abordagem contrapontual, tal como definida por Lezama Lima (1988: 47-77). Ao defender o ativamento da noção de "sujeito metafórico" e a potencialidade construtiva dos processos analógicos que regem a memória como instrumento de luta contra a alegada objetividade e linearidade da história dos dominantes, o crítico, já na década de 50, apontava para o rompimento das hierarquias disciplinares, para a inevitável e até desejável inserção do sujeito em qualquer prática intelectual e para a necessidade de se produzir uma história que rompesse com a diacronia e instaurasse uma "causalidade retrospectiva". Explicita-se, assim, o pacto estabelecido entre o conhecimento e o poder, entre a racionalidade científica e a fixação de identidades. A reorganização dos saberes aponta para uma prática transdisciplinar, em que todos os campos cognitivos podem e devem ser mobilizados na produção de uma história que se quer geral, justamente porque reconhece o caráter de construção e de incompletude de toda interpretação. Correlacionar é, portanto, interferir na

pragmática dos discursos, sem escamotear os conflitos inerentes a toda prática intersubjetiva.

Diante desse quadro epistemológico, no terreno dos estudos literários a ênfase passa a recair sobre a perspectiva comparativista, que procede não pelo estabelecimento de relações de homologia, como ocorria na década de 70, mas através de associações e analogias, abdicando aos conceitos de continuidade espaço-temporal e de constituição orgânica da obra de arte, categorias consideradas como "a última sobrevivência das origens da história como o repositório das lembranças nacionais ou dinásticas" (VEYNE, 1995: 145). Abandona-se, ainda, a forma do tratado, assumida pela pretensão de objetividade científica dos trabalhos da década de 70, revitalizando-se uma forma subjetiva como o ensaio, agora despojado da intenção fundacional que lhe era característica nos anos 30. A reabilitação do comparativismo evidencia o declínio da ambição analítica totalizante, através da opção por uma nova forma de se recortar o *corpus* abordado nas pesquisas, que deixam de se dedicar ao deslindamento e à análise de todos os fios que compõem uma única obra, voltando-se para perspectivas temáticas, em que assumem importância crescente o estudo das relações intersemióticas e interculturais, sem submissão a uma hierarquia de valores, e o resgate do imaginário produzido por estratos sociais que foram colocados à margem da historiografia oficial, interessada na edificação de uma imagem homogênea da nação.

Essas tendências começam, agora, a incomodar alguns representantes das posições que assumiam, até recentemente, a hegemonia no universo acadêmico da área de Letras no Brasil. O conflito veio à tona no *V Congresso Internacional da ABRALIC*, ocorrido há 2 anos, com a intervenção de Leyla Perrone-Moisés e Luiz Costa Lima, que creditam ao predomínio das pesquisas voltadas para a Literatura Comparada e os Estudos Culturais na universidade a instauração do reino do relativismo cultural, traduzido no "vale-tudo", na submissão dos estudos literários a um "ecletismo" sem rigor, e na pressão pela revisão e rearticulação apressada do cânone literário. Na berlinda, os estudos baseados na interrelação das categorias de cultura, gênero e raça, importados da crítica norte-americana, que, presumivelmente, acabariam por impor também na crítica brasileira a lógica

da valoração calcada nos critérios politicamente corretos. Como era de se esperar, grande parte da comunidade acadêmica do país, resistente ao abandono da crítica formalista, que lhe oferece a ilusão de poder continuar a ocupar um espaço socialmente legitimado em função da alegada e não comprovada especificidade da literatura, vem corroborando os ataques desferidos pelos dois críticos.

Tal posição não apresenta, entretanto, uma fundamentação consistente com as reflexões que vêm sendo produzidas mais recentemente e que não desprezam as ambigüidades das estratégias utilizadas pelos movimentos das minorias, traduzidas ora pela incorporação dos valores emancipatórios próprios ao discurso da modernidade (recaindo novamente na política essencialista das identidades fixas (, ora pela adoção dos valores pós-modernos, "em que os discursos das representações de grupos, de raças e de classes buscam situar-se nos espaços inter e intra-grupos, numa postura cética quanto a qualquer pretensão de totalidade" (COSTA, 1995: 155). O grande mérito da exposição dessas contradições deriva do fato de que ela evidencia o caráter interessado e o envolvimento subjetivo dos indivíduos na construção dos discursos e das instituições, desnaturalizando a dissociação estabelecida entre teoria e práxis, que suprimia o conflito e instituía uma teleologia, em nome do ideológico conceito de ciência.

Ao contrário do que afirma Leyla Perrone-Moisés, no livro em que procurou sistematizar as críticas inicialmente lançadas no referido Congresso (1998: 198), é possível, sim, mudar a história passada. Afinal, deslocar-se no tempo e no espaço, construindo significados através das pesquisas comparativistas de cunho temático significa assumir a convicção de que a história está sempre em aberto, de que há uma multiplicidade de itinerários, que, em última instância, enunciam a emergência do aleatório e do acaso, pois, como nos lembra Paul Veyne, "os fatos só existem num enredo e o recorte dos enredos é livre". (1995: 147)

Voltando à análise de Bourdieu, devemos lembrar que, descartados os pressupostos formalistas, o sociólogo define a literatura como *illusio* (1996: 258-261) e não como ilusão, caracterização oferecida por Terry Eagleton (1994) para defini-la como prática cultural de determinadas comunidades interpretativas, e que foi objeto de deturpação na obra de Leyla Perrone (1998: 192). Na *illusio*,

está configurado todo um espaço de *jogo*, um espaço que oferece aos escritores a possibilidade de encenar um espetáculo que lhe facilite a compreensão de si e do mundo, "uma forma de realização de seus desejos" (BOURDIEU, 1996: 259), legitimada pela crença coletiva no caráter sagrado não apenas da literatura, mas da própria luta travada no campo intelectual, em nome dela. A questão que se coloca na contemporaneidade refere-se, por conseguinte, à dificuldade de se instaurar essa crença coletiva, após desmitificados os fundamentos teológicos que há muito conferem à literatura o sentido de sua existência. Estaria ela, como anunciam os seus apocalípticos guardiães (dentre eles, por incrível que pareça, o próprio autor de *As regras da arte*), prestes a sucumbir frente a um relativismo subjetivista que abole as hierarquias estabelecidas entre a alta e a baixa cultura?

A resposta talvez não seja tão positiva quanto pode parecer. É o que nos sugere o próprio exemplo oferecido por Bourdieu como base para a sua argumentação, ao recuperar uma citação de Mallarmé, em que o poeta assume conscientemente a definição da literatura como um jogo ficcional, que necessita da crença de todos os parceiros em sua veracidade para assegurar a sua existência. Assim como tal compreensão não constituiu um empecilho para a continuidade da atividade literária do escritor, nada nos leva a crer que essa atividade esteja em declínio hoje, após evidenciada a sua feição ideológica. A literatura continua viva, porque a fruição possibilitada pela encenação de um outro mundo segue sendo experimentada tanto pelo escritor quanto pelo leitor, num jogo assumidamente performático, que não mascara o caráter interessado de toda prática intelectual. Fetichismo deliberado, dirá Bourdieu (1996: 309), talvez por não compreender o potencial crítico de um tipo de produção cultural definido por Linda Hutcheon como "metaficção historiográfica", uma literatura que reconhece e "demonstra que a ficção é historicamente condicionada e a história é discursivamente estruturada" (HUTCHEON, 1991: 158). Seja como for, o mundo das letras continua em movimento, ainda que em nome apenas do simples prazer de participar do jogo. Um jogo do qual todos nós fazemos parte e que não pretende agora assumir nenhuma transcendência, ou valor universal, mas que, apesar disso, insiste na possibilidade de nos colocarmos em campo, estabelecermos as apostas e lançarmos os dados.

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo analisar a configuração do campo dos estudos literários no universo acadêmico brasileiro das três últimas décadas. Privilegiamos, contudo, as discussões que vêm sendo recentemente travadas acerca da validade das abordagens comparativistas e multiculturalistas da crítica literária produzida no país.

PALAVRAS-CHAVE: *Crítica literária; Literatura Comparada; Estudos Culturais.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COSTA, Vera Maria de Queiroz. *Crítica literária e estratégias de gênero*. Rio de Janeiro: Departamento de Letras da PUC-RJ, 1995. (Tese, Doutorado em Literatura Brasileira).
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Trad. de Waltensir Dutra. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Trad. de Selma Tannus Muchail. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. Trad. de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- LEZAMA LIMA, José. *A expressão americana*. Trad. de Irlemar Chiampi. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 1997. (Tese, Doutorado em Literatura Comparada).
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Foucault revoluciona a história. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3.ed. Brasília: UnB, 1995.